

# A ALCA E O PROJETO NACIONAL

*Paulo Neves de Aquino*

A ALCA – Área de Livre Comércio das Américas - cabe no Projeto Nacional do Brasil?

O Brasil precisa da ALCA? E a ALCA sem o Brasil, o que será?

A ALCA é uma iniciativa isolada das conexões e interações das relações internacionais e do jogo estratégico das grandes potências, no tabuleiro das disputas pelo poder mundial?

Creio que a abordagem da questão da ALCA deve ter a abrangência suscitada por questionamentos como estes e não se limitar a uma análise sob a ótica de ganhos e perdas setoriais e eventuais da economia brasileira, com evidentes motivações imediatistas e mercantilistas.

O Projeto Nacional do Brasil, por sua amplitude e sentido de permanência no tempo e no espaço, envolve valores, aspirações e interesses vitais relativos à coesão social, à unidade política, ao desenvolvimento lato sensu, à consolidação da democracia, à soberania - todos formadores da identidade e da vontade nacional. O Projeto Nacional é, pois, o farol orientador e fator de continuidade das políticas e estratégias nacionais, que os governos, sucessivamente, devem respeitar e implementar acima das paixões partidárias, dos personalismos e dos interesses menores de grupos ou facções da sociedade brasileira.

Em suas linhas gerais, essa orientação superior já está contida na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 1º a 4º, que valem como verdadeiros objetivos nacionais permanentes. Julgo oportuno citar o parágrafo único do artigo 4º:

“A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

Embora esteja longe de nós a pretensão de discorrer sobre o conteúdo de um Projeto Nacional para o Brasil, ousamos selecionar algumas idéias, entre muitas outras, que consideramos prioritárias, urgentes e intransferíveis, isto é, que só podem ser realizadas pela vontade e pelo trabalho dos brasileiros.:

– considerar que o patrimônio por excelência do Brasil é a sua população - foco principal da ação governamental.

A propósito, o 1º Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), de 1990, trata dessa questão de uma maneira a um tempo simples e profunda:

“A verdadeira riqueza de uma nação é o seu povo. E o objetivo do desenvolvimento é a criação de um ambiente que permita às pessoas se beneficiar de uma vida longa, saudável e criativa. Esta simples mas poderosa verdade é muitas vezes esquecida quando se persegue a riqueza material e financeira.”

– assegurar a posse, a exploração e o desenvolvimento sustentável da área estratégica mais importante do Brasil, da América do Sul e quiçá do mundo – a Amazônia - de maneira racional, responsável e determinada, em benefício de um futuro melhor não só para a população brasileira como para todas as populações dos países amazônicos. Basta lembrar que nessa imensidão territorial de 7 milhões de Km<sup>2</sup>, (5 milhões no Brasil), encontram-se quase metade da área das florestas tropicais úmidas, uma exuberante biodiversidade - o maior banco genético do mundo - e 20% da água potável existente em todo o globo terrestre; e entre suas riquezas minerais vale destacar a existência de 90% das reservas mundiais de nióbio, justamente no subsolo da reserva dos ianomânis!

Por tudo isso, esta é uma ação que deve ser coordenada com os países vizinhos, para ressuscitar o Tratado de Cooperação Amazônico, dormitando há mais de vinte anos!

Isto requer, além de visão e vontade política, altivez para enfrentar as pressões e a cobiça internacional.

– realizar uma ampla renovação política de modo que as ações previstas possam ser desencadeadas com competência, probidade, transparência, dedicação à causa pública e, sobretudo, com amor ao Brasil. Portanto, exatamente o oposto do que hoje assistimos, estupefactos e com justa indignação, na cena política de nosso país...

Para uma compreensão mais ampla da questão da ALCA, do Mercosul e dos novos paradigmas, riscos e desafios que o Projeto Nacional do Brasil deverá considerar e enfrentar visando uma inserção internacional favorável, torna-se necessária uma rápida incursão pelo cenário mundial atual e prospectivo.

O que podemos perceber, desde logo, é que o mundo está experimentando uma fase de transição e de reorganização, uma “pausa estratégica” (na expressão do Sr. Jacques Chirac, Presidente de França), que se iniciou na década de 90 e deverá se prolongar pelo primeiro quarto do século XXI.

Se no pós 2ª Guerra Mundial o divisor de águas era a opção ideológica, no contexto da bipolaridade, agora, no pós guerra fria, além de enfrentar as turbulências de uma “paz quente” e de mais desordem que ordem internacional, a humanidade se encontra novamente diante de um conjunto de questões, de dimensão global, que também colocam em perigo sua própria sobrevivência. Aí estão presentes e com preocupantes tendências de agravamento, as problemáticas relativas à demografia, ao meio ambiente, ao “gap” e “apartheid” tecnológico, à economia globalizada, à marginalidade (narcotráfico, crime organizado e terrorismo) e ao cenário estratégico-militar, onde a questão nuclear, extremamente grave, ainda está longe de uma solução racional e definitiva.

Forçoso é reconhecer que o mundo em que vivemos, nessa virada de século, está cada vez mais competitivo, conflituoso e caracterizado por uma alta concentração dos poderes político, econômico, tecnológico e militar na superpotência mundial, os EUA, reforçada pelas potências médias, que, diga-se de passagem, integram o G 7 e o Conselho de Segurança da ONU.

Concentração, aliás, que é decorrente do pragmatismo, da dualidade e mesmo da incoerência da atuação desses países, em proveito de seus interesses imediatos e futuros.

A própria globalização, em seu estágio atual, com menos virtudes e mais assimetrias e armadilhas, tem concorrido para agravar as desigualdades de toda sorte entre os países mais e menos desenvolvidos.

Há, também, fatos positivos a registrar, como o surgimento de novos atores e lideranças relevantes na cena internacional, capazes de conduzir a novas configurações políticas e estratégicas. Destaquem-se: a formação de megablocos econômicos e de blocos menores de integração regional, realinhamento de alianças, diversificação de parcerias entre países emergentes e a atuação cada vez mais destacada de organismos multilaterais e supranacionais.

Assim, renascem as esperanças de um mundo melhor, menos desigual e um local mais seguro para se viver, com as perspectivas de uma progressiva dissociação entre os poderes político, econômico, tecnológico e militar, delineando uma inédita assimetria do poder mundial e abrindo os caminhos para a multipolaridade.

A guisa de conclusão do panorama mundial e regional, devemos salientar:

1º) A ALCA e a segurança hemisférica, como suporte da integração comercial - duas faces de uma mesma moeda - são iniciativas e ações complementares no amplo espectro dos interesses e prioridades da atuação global dos Estados Unidos. É evidente, e até certo ponto compreensível, que prevaleçam os interesses comuns da aliança EUA-UE (União Européia) relativos a “nova” OTAN, atualizada em 1999, em suas finalidades, missões e concepções estratégicas (“New Strategic Concept”) e à parceria econômica Transatlântica.

2º) O Mercosul, embora ainda enfrentando as crises de sua adolescência, tem uma importância e um significado extraordinário, muito além do valor intrínseco da integração regional: com o Mercosul (e com a eliminação da variável nuclear entre Brasil e Argentina) afastou-se o fantasma do que tenho chamado “a síndrome do Cone Sul” e ganhou-se em mudança de atitudes, eliminação de prevenções e rivalidades extemporâneas. E substituiu-se tudo isso por confiança, estabilidade política e aproximação sócio-cultural, enfim, por uma ampla sinergia continental (sulamericana) onde, efetivamente, residem as maiores afinidades para a edificação de uma comunidade, sem hegemonias.

Renunciar a todas essas conquistas e ao ideal da integração, na dimensão geopolítica adequada, é, a meu ver, visão curta ou mesmo falta de visão estratégica!

3º) O Brasil, por sua estatura, pela própria formação de sua nacionalidade e pelos princípios tradicionais de sua competente diplomacia, é, sem dúvida, um dos atores e lideranças mais influentes da ação compartilhada, seja no âmbito regional seja no mundial.

Passemos a nos deter objetivamente, daqui em diante, na análise dos possíveis cenários que o Brasil poderá vir a enfrentar e da definição de nossa posição pessoal a respeito da ALCA.

Identificamos três cenários: os dois primeiros na vertente de adesão à ALCA e nos quais as variáveis são a menor ou maior abertura dos mercados, em especial, do

mercado norte-americano; o terceiro cenário na vertente contrária, em que o Brasil abandona sua estratégia protetória e não adere à ALCA, desde já.

Uma outra variável neste cenário é quanto à posição a ser adotada pelos demais países do Mercosul: que podem ou não acompanhar a decisão brasileira.

O primeiro cenário é o menos favorável: os Estados Unidos manteriam a maior parte de suas barreiras não-tarifárias, fitossanitárias, leis anti-dumping e ainda reservariam a discussão das principais pendências protecionistas para o fórum da Organização Mundial do Comércio (OMC), com resultados que seriam igualmente desfavoráveis para os demais países americanos.

É um cenário que não merece sequer ser considerado pelo Brasil. Talvez interesse as economias menores do Caribe e América Central, algumas delas até já dolarizadas, e gravitando em torno dos EUA.

O segundo cenário é aparentemente mais favorável: os Estados Unidos se comprometeriam a abrir mão de parte daquelas barreiras não-tarifárias e de subsídios agrícolas.

O Presidente dos EUA, Sr. George W. Bush, obteria o “fast track” agora renomeado TPA (Trade Promotion Authority) e destinaria algumas pendências principais para a discussão na OMC, com resultados que variariam de equilibrados para favoráveis ao Brasil e demais países americanos.

Esse cenário atenderá àquela visão imediatista de alguns setores da economia brasileira, a que já me referi, preocupada apenas com os ganhos de um possível aumento de exportações, como são os casos dos cítricos, fumo, álcool, calçados e aço, hoje sem dúvida, exageradamente sobretaxados pelos EUA.

É uma visão, entretanto, que não leva em conta as graves conseqüências para os interesses vitais do Brasil: a primeira e quase instantânea será a implosão do Mercosul porque, reduzida a tarifa no acordo hemisférico, a TEC (Tarifa Externa Comum) regional perde sua razão de ser. Portanto, a ALCA e o Mercosul são incompatíveis e, por isso mesmo, a realização de negociações em bloco (países do Mercosul) na suposição de obter vantagens nas negociações da ALCA é apoiar-se em uma premissa falsa.

As demais conseqüências ocorrerão sucessivamente a curto, médio e longo prazos, em face da imensa desigualdade entre os EUA, com um PIB correspondente à cerca de 76% do PIB dos demais países americanos juntos e por ser aquele país detentor do capital, tecnologia de ponta, gestão empresarial, altos níveis de internalização de suas multinacionais, particularmente no Brasil. Seguir-se-ão o aumento do comércio intra-firma, crescentes déficits na balança comercial, dolarização, asfixia das indústrias locais pela concorrência desequilibrada, desnacionalização, etc.

Além disso, o Brasil terá que enfrentar, sem sombra de dúvida, retaliações dos outros blocos econômicos e poderá ver minguar os fluxos de investimentos, em benefício do mercado norte-americano!

Faço coro com as palavras do Professor José Eli da Veiga, da USP, quando, após verificar que os Estados Unidos continuam a acrescentar subsídios agrícolas aos anos fiscais de 2001 e 2002 na ordem de US\$ 5 bilhões e US\$ 7,35 bilhões,

respectivamente, e que já haja uma previsão de recursos federais da ordem de US\$ 63,5 bilhões para sustentar os preços agrícolas entre 2003 e 2011(!) afirma:

“Por isso, a pretensão de que o fim dos subsídios agrícolas norte-americanos seja condição sine qua non para propor um acordo sobre a ALCA em 2005 só pode ser pura ingenuidade ou mera demagogia”. (o Estado de São Paulo, 21 de abril de 2001).

Há também um estudo que vem a calhar, para uma reflexão mais detida, de autoria dos economistas Luciano G. Coutinho da Unicamp (Campinas) e João Furtado da Unesp (Araraquara):

“Os fluxos intra-firma constituem a modalidade de comércio característica dos países desenvolvidos. Eles são a expressão da forma típica das grandes empresas contemporâneas - fortemente internalizadas e seletivamente integradas aos territórios que as abrigam. Mais de 1/3 das exportações dos Estados Unidos e 2/5 das importações referem-se a transações entre a matriz e filiais” (A Integração Continental Assimétrica e Acelerada: Riscos e Oportunidades da ALCA).

Hélio Jaguaribe destaca, nesse estudo, que as relações de trocas industriais no âmbito da ALCA, de três das maiores economias do continente, teriam a seguinte participação:

<i>EUA</i> .....	58,67%
<i>Brasil</i> .....	5,58%
<i>Argentina</i> .....	1,43%

(Argentina e Brasil diante de suas alternativas históricas - Revista Política Externa Vol. 9 - nº 3).

Portanto, este segundo cenário é o cenário da ilusão e se concretizado levará o Brasil, na minha percepção, a uma situação de dependência externa crescente e de perda de autonomia.

O terceiro cenário é aquele em que o Brasil não adere à ALCA e opta pela prioridade à implementação de seu Projeto Nacional.

Não há, nessa opção, nenhuma idéia de confronto com os EUA; ao contrário, o Brasil não deve descuidar de suas importantes relações bilaterais com aquele país e com os demais países americanos.

Procurará, por outro lado, ampliar e diversificar ao máximo sua pauta de exportação e suas parcerias.

Quando participei em agosto de 1997 e em março de 1998 dos seminários organizados e conduzidos pelo ilustre embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, à época diretor do IPRI (Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, do MRE) apresentei minha visão de que não só os riscos seriam maiores que as oportunidades, mas que a ALCA, na variável tempo 2005, não seria oportuna, em face das disparidades existentes e do despreparo do Brasil, o que fatalmente nos levaria à condição de um mercado cativo dos EUA e de um ator coadjuvante na cena internacional. De lá para cá os fatos só tem fortalecido minha convicção de que não podemos abrir mão de nosso Projeto Nacional e que a hora é de cerrar fileiras para a construção soberana de nosso destino.

Além do mais, reconheçamos, os constituintes de 88 demonstraram visão larga e de futuro. Cumpramos a Constituição Federal!

O autor é general-de-exército da reserva. É formado em Geografia e História pela Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras, de Lorena - SP.